

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): PROPOSTA DE UM MÉTODO DE PESQUISA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO¹

Atlantico Souza Ribeiro²
Carolina Paioli Tavares³
Fabiane Schwade Januário⁴
Kamila Camilio Martinhuk⁵

RESUMO:

No ano de 2008, a chamada Política Nacional de Educação Especial (PNEE), na perspectiva da educação inclusiva foi implantada em nosso país, tendo por objetivo orientar a inserção de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em nossos sistemas de ensino, seja ele público ou privado, de forma a proporcioná-los o acesso a diversos meios de conhecimento, com plena participação e aprendizagem na educação comum. É nesse sentido, que o presente ensaio teórico traz como objeto de estudo, propor um método de pesquisa para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), para a promoção da inclusão escolar da rede pública estadual de ensino. No que diz respeito a metodologia empregada no desenvolvimento dessa investigação, a mesma se constitui em uma revisão bibliográfica; quanto à sua finalidade, como sendo básica; em se tratando do problema, esta possui uma abordagem qualitativa; e com relação aos seus objetivos, a mesma se caracteriza como exploratória e descritiva. Quanto aos resultados encontrados, os mesmos revelam que existe um princípio na literatura vigente relacionada à uma produção de informações a respeito do PEI, como um instrumento no processo de escolarização de estudantes com deficiência, e que a contar da metodologia de pesquisa-ação colaborativa realizada entre o pesquisador acadêmico, os professores da sala de aula comum, e a equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas públicas em nosso país, o PEI acaba por se constituir em um eficaz aliado no processo de escolarização de estudantes com deficiência.

Palavras-Chave: Plano Educacional Individualizado. Método de Pesquisa. Promoção da Inclusão Escolar. Rede Pública Estadual de Ensino.

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida junto a disciplina de Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva (FPEI), do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (em Rede Nacional) – PROFEI / UEPG, 2021.

² Licenciatura em Educação Física. Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFE da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: atlanticoribeiro74@gmail.com

³ Professora (orientadora) docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (em Rede Nacional) – PROFEI / UEPG, 2021. E-mail para contato: cptavares@uepg.br

⁴ Licenciatura em Educação Física. Professora da área de Educação Especial da rede estadual de ensino do Paraná. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva-PROFEI/UEPG. E-mail para contato: fabiane.januario@escola.pr.gov.br

⁵ Licenciatura em Educação Física. Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFE da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora de Educação Física na rede Municipal da cidade de Ponta Grossa - PR. E-mail para contato: kamilacmartinhuk@gmail.com

INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLAN (PEI): PROPOSAL OF A RESEARCH METHOD FOR PROMOTING SCHOOL INCLUSION OF THE STATE PUBLIC EDUCATIONAL NETWORK

ABSTRACT:

In 2008, the so-called National Policy of Special Education (PNEE), in the perspective of inclusive education was implemented in our country, aiming to guide the insertion of students with disabilities, global developmental disorders and high skills/over-endowment in our education systems, whether public or private, in order to provide them with access to diverse means of knowledge, with full participation and learning in common education. It is in this sense, that the present theoretical essay brings as object of study, to propose a research method for the elaboration of the Individualized Educational Plan (PEI), for the promotion of school inclusion of the public school system of teaching. With regard to the methodology used in the development of this research, it is a bibliographic review; with regard to its purpose, as being basic; with regard to the problem, it has a qualitative approach; and with regard to its objectives, it is both exploratory and descriptive. As for the results found, they reveal that there is a principle in the current literature, related to the production of information about the PEI, as an instrument in the schooling process of students with disabilities, and that to count on the research methodology-collaborative action carried out between the academic researcher, the teachers of the common classroom, and the Specialized Educational Assistance (AEE) team of public schools in our country, the EIP is an effective ally in the education process of students with disabilities.

Key words: Individualized Educational Plan. Research Method. Promotion of School Inclusion. State Public School Network.

INTRODUÇÃO

No ano de 2008, a chamada Política Nacional de Educação Especial (PNEE), na perspectiva da educação inclusiva foi implantada em nosso país, tendo por objetivo orientar a inserção de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em nossos sistemas de ensino, seja ele público ou privado, de forma a proporcioná-los o acesso a diversos meios de conhecimento, com plena participação e aprendizagem na educação comum (BASSI; BRITO e NERES, 2020, p. 1016).

No entanto, segundo Lancillotti (2010), citado pelas mesmas autoras (2020, p. 1016), muito se tem sinalizado para as dificuldades que a escola tem encontrado para instaurar a educação inclusiva uma vez que, no domínio escolar ainda prevalece a prática de uma pedagogia homogênea ou simultânea (isto é, coexistente), perante a qual as particularidades dos alunos não são levadas em consideração, deixando dessa forma em contribuir para a inclusão nas escolas.

Sendo assim, acredita-se, então, que a educação, de um ponto de vista inclusivo, ao divulgar o reconhecimento às diversidades acarreta em ofertar condições que favoreçam ao processo educacional desse estudante, alicerçado a princípios pedagógicos que garantam o respeito às diferenças (BASSI; BRITO e NERES, 2020, p. 1016). Entretanto, segundo Kassar e Goes (2007, p. 60-61), oferecer tais igualdades de oportunidades, nem sempre significa renunciar a um mesmo tratamento, uma vez que as escolas devem objetivar a mesma oportunidade de acesso ao conhecimento a todos os seus alunos, o que não implica em ofertar sempre os mesmos meios para a obtenção desse acesso.

Ainda para Bassi, Brito e Neres (2020, p. 1017), pode-se ainda deduzir que por meio das reflexões até aqui apresentadas, compreende-se que estudantes com diferentes deficiências vêm sendo inseridos no ensino comum sem, contudo, o adequado cuidado requisitado na adequação de mecanismos pedagógicos, materiais, bem como outras condições básicas para a sua escolarização. Independentemente das ações regulamentadas nas esferas federal, estadual e municipal, sendo evidente que seu cumprimento requirite que a escola se harmonize a fim de prestar um bom atendimento a diversidade desse novo público que está chegando.

É justamente nessa expectativa, que a Resolução CNE/CEB n.º 2/200, em seu art. 2º, concebe a obrigatoriedade na matrícula aos sistemas de ensino, tanto público quanto privado, estabelecendo que cabe às escolas programarem-se para o acolhimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo as condições indispensáveis para uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Sendo que a mesma normativa, em seu art. 8º, direciona que as escolas da rede regular de ensino tem por obrigação fornecer para a classe comum, flexibilizações e adaptações curriculares, assim como metodologias e recursos didáticos diversos, bem como procedimentos de avaliação apropriados aos estudantes que apresentem dificuldades referentes as questões ligadas ao ensino aprendizagem (BRASIL, 2001, p. 01-02). Sendo assim, o Plano Educacional Individualizado (PEI) encontra-se aí subentendido, uma vez que sua aplicação preconiza a aprendizagem e a evolução educacional do aluno com deficiência.

Dessa forma, segundo Lima, Ferreira e Silva (2018, p. 129) existe, portanto, uma necessidade em se proporcionar nas escolas que prestam atendimento aos estudantes

deficientes, “ações continuadas e colaborativas” atrapalhadas no diálogo entre os saberes produzidos nas universidades, com o “saber docente construído” no cotidiano das rotinas escolares.

Levando em consideração esse contexto introdutório, pretende-se por meio desse trabalho, propor um método de pesquisa para a construção do PEI para as escolas da rede pública estadual de ensino em nosso país, tendo por finalidade servir como um instrumento no processo de escolarização de estudantes com deficiência.

Para que se atinja este objetivo, esta pesquisa está estruturada em cinco seções a se saber – a) A primeira delas inclui a presente introdução, na qual se encontram o tema, o objetivo e os pressupostos; b) A segunda e terceira seção, que são destinadas ao suporte teórico desse trabalho, em que são apresentados um breve histórico sobre o PEI, bem como estratégias pedagógicas para se promover a individualização do ensino; c) A quarta sessão, que tendo por finalidade atender ao objetivo desta pesquisa, apresenta uma proposta metodológica para a elaboração do PEI para as escolas da rede pública estadual de ensino; e por fim, d) a quinta e última seção deste trabalho, que é dedicada às considerações finais e sugestões para os futuros trabalhos.

1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Segundo Valadão e Mendes (2018, p. 03), a ideia em se elaborar, de forma personalizada, a educação de alunos, nasceu com a própria educação ocidental por meio de fragmentos do século V a.C. de Platão, sendo que segundo Manacorda (1989), citado pelas mesmas autoras (2018, p. 03), se faz possível perceber que desde os primórdios a educação se inicia de uma forma elitizada, apartada, e individualizada, pois apenas os cidadãos filhos da classe dominante poderiam ter acesso ao estudo, e o caminho educativo iniciava, primeiramente, com os progenitores, aparecendo em seguida a nutriz (ama de leite), e o tutor (conselheiro ou curador), com a intenção de ensinar os valores e as atitudes nobres, na tentativa de lapidar a pessoa o máximo possível.

De uma forma semelhante à aqui descrito, a Educação Especial que teve início a muitos séculos depois, também se projeta nesse sentido, individualizando o ensino com a finalidade de educar crianças e jovens público-alvo da Educação Especial

(PAEE⁶). Visto que atitude semelhante se observa, por exemplo, ao final do século XVI e começo do século XVII, nas primeiras iniciativas de Jean Itar, ao tentar educar Vitor, “o selvagem”, onde o mesmo defendia uma pedagogia para todos, fundamentada na observação e experimentação, procedimento que permitia a compreensão do desenvolvimento de cada pupilo e de suas diferenças (VALADÃO e MENDES, 2018, p. 03).

Segundo as mesmas autoras (2018), foi com o surgimento da Ciência, e de uma maior regularização da educação e do ensino para os séculos seguintes, que houve um reforço por parte da literatura científica em adotar essa ideia, tornando-se cada vez mais determinada quanto à indispensabilidade do planejamento educacional, “lapidado” na individualidade de cada ser, tanto para organizar e aprimorar a trajetória de evolução educacional dos estudantes, especialmente aqueles do PAEE, quanto para orientar a práxis⁷ na sala de aula comum. Uma vez que esse planejamento apresenta princípios individualizados, fazendo dele um instrumento essencial para assegurar os resultados aguardados no processo de escolarização diferenciado desse alunado.

Não obstante, a Educação Especial acabou sofrendo transformações ao longo dos anos e, todavia isso houvesse ocorrido de modo não sequencial, pode-se, segundo Valadão e Mendes (2018, p. 04), reconhecer basicamente a três fases em sua trajetória histórica, a iniciar-se pela – (a) “fase da exclusão do seu público de qualquer tipo de escolarização”, passando para a (b) “fase de segregação (separação) escolar”, em que esse mesmo público começou a frequentar certas instituições, tendo por objetivo educacionais pedagógicos, ou não, em um sistema semelhante em relação à educação geral, e finalmente atingindo à última e atual (c) “fase de inclusão desse indivíduos nas escolas”, que compreende a “escolarização do seu público-alvo no mesmo sistema de ensino que os demais alunos da sala de aula comum” (MENDES, 2010 *apud* VALADÃO; MENDES, 2018, p. 04). Uma vez que foi ao longo dessas últimas duas fases, em que já se observava o início do direito à educação dessa população, é que se começava a aflorar a responsabilidade em se planejar o ensino para esses estudantes que anteriormente não eram frequentadores das escolas.

⁶ Conforme a legislação brasileira, o atual PAEE é formado por pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011, p. 01-02).

⁷ A práxis em Freire nos remete à ideia de um conjunto de práticas que tem em vista à transformação da realidade e a formação da história (CARVALHO e PIO, 2020, p. 428).

Foi em sua segunda fase de trajetória histórica – fase da segregação (item b), que conforme afirmam Amando e McBride (2001), citados por Valadão e Mendes, (2018, p. 04), o planejamento foi focado na instituição, tendo como objetivo particular alterar ou atenuar a carência causada pela deficiência do estudante. Sendo assim, os programas e trabalhos desenvolvidos envolviam separações (segregação), onde os estudantes eram selecionados por deficiência, e seus planos (PEI) eram semelhantes ou padronizados para todos os indivíduos de uma mesma instituição, sendo possível reconhecer que esse mesmo modelo de PEI, era semelhante ao escolhido pelo movimento da chamada Escola Nova⁸, que apareceu ao final do século XIX. Uma vez que, segundo o relato de Alvez (2010), citado pelas mesmas autoras (2018, p. 04), esse mesmo movimento rompia com princípios, organizações, pensamentos e propósitos educacionais da sociedade capitalista e industrial, tendo por objetivo a formação de estudantes com conteúdo (conhecimento), suprimindo a formação individual e completa dos indivíduos.

Foi a partir da década de 1970, que se segundo O'brien e O'brien (2000), citados por Valadão e Mendes (2018, p. 04), que se verificou uma mudança no foco do PEI para o PAEE, sendo que anteriormente, esse era fundamentado nos modelos médico e psicopedagógico de deficiência, estando a essência do diagnóstico focado nas dificuldades e/ou impedimentos do indivíduo, considerando as predileções da instituição de atendimento, estando em conformidade com a filosofia de regulamentação, agregação e, finalmente, de inclusão social e escolar, uma vez que “o foco do planejamento passou a ser o próprio indivíduo”.

Sendo assim, e mediante ao movimento por uma educação inclusiva, manifestam-se em diversos países inúmeras legislações federais com dispositivos relativos aos PEIs, que aconselham a escolarização de pessoas PAEE em escolas comuns, reduzindo, por assim dizer “[...] a demanda de planejamento centrado na instituição”, e elevando, em contrapartida, “[...] a demanda pelo planejamento centrado no indivíduo” (VALADÃO e MENDES, 2018, p. 05).

⁸ A Escola Nova (ou Escolanovismo) desenvolveu-se no Brasil por volta da primeira metade do século XX, sob significativos impactos de transformações econômicas, políticas e sociais, caracterizando-se em um movimento que procurou renovar o ensino, sendo sobretudo forte na Europa, na América e em nosso país (HAMZE, 2021).

De uma forma resumida, ainda segundo as mesmas autoras (2018, p. 05), pode-se deduzir que o planejamento individualizado pode tanto ser (a) “escolar” – quando se concentra em responder às demandas escolares, quanto (b) “educacionais” – sendo mais abrangente, por se concentrar em responder às demandas da vida em comunidade (de um modo geral), tendo em conta o ciclo de vida dos indivíduos, que significa estabelecer determinadas metas a curto, médio e longo prazo, uma vez que, para as mesmas autoras, a proposição do PEI pode ser traduzida como um meio de se elaborar documentação ou apontamentos com a intenção de se promover, bem como garantir, como em um contrato, a aprendizagem de estudantes PAEE, através da ação compartilhada pelos indivíduos responsáveis ou que ficarão encarregados em trabalhar com esses alunos especiais.

2 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA PROMOVER A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ENSINO

Segundo Glat e Pletsch (2013, p. 18), às atividades pedagógicas na escola contemporânea tem obrigado aos professores a desenvolverem novos métodos e propostas curriculares para assegurar procedimentos de ensino e aprendizagem que se prontifiquem a atender as individualidades e diferenças apresentadas pelos estudantes.

É pensando na individualização do ensino que os recursos (materiais, humanos e de acessibilidade) a serem empregados para com os estudantes se fazem fundamentais, devendo abranger às suas especificidades, necessitando que o professor utilize de materiais e estratégias pedagógicas que atendam a todos os alunos, inclusive a aqueles com deficiência. Portanto, para viabilizar a construção de conhecimento, se faz imprescindível pensar em práticas individualizadas, utilizando-se de instrumentos que possibilitem a flexibilização do currículo, visto que o PEI se constitui em uma ferramenta preciosa para auxiliar nessa longa trajetória a ser percorrida (BERNADES e REDIG, 2020, p. 164).

Ainda para as mesmas autoras (2020), o PEI se consolida em um instrumento dinâmico, podendo ser frequentemente modificado, uma vez que é reavaliado constantemente durante o seu processo, podendo ser bem-sucedido ou não, possibilitando a alterações de ideias e até mesmo objetivos, sendo que para a sua

efetivação, se faz necessário a existência de professores que compreendam a relevância de práticas pedagógicas diversificadas. Afirmativas estas corroboradas por Mascaro (2018, p. 14), ao ressaltar que:

Essa escola contemporânea pressupõe uma pedagogia que se comprometa com o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo as especificidades dos alunos para promover a autonomia intelectual dos mesmos. O trabalho, no princípio da inclusão, requer que as propostas pedagógicas sejam centradas no aluno, ou seja, a escola precisa flexibilizar o modo de ensinar para que todos os alunos construam conhecimentos.

Dessa forma, o PEI acaba por “quebra a barreira do padrão”, colaborando com o currículo oficial, individualizando e estruturando o tipo de atividade, bem como indicando qual apoio profissional é mais adequado para um estudante PAEE, de maneira que, com isso, não exista limites, mas ao contrário, se tenha estímulos no processo de ensino aprendizagem (VALADÃO E MENDES, 2018, p. 06)

No entanto, segundo Valadão (2010), citada por Glat e Pletsch (2013, p. 21), a ausência de um plano individualizado pode impossibilitar a inclusão escolar, resultando em um fraco desempenho dos estudantes, aliado a uma pequena evolução em seu percurso de escolarização, em decorrência da dificuldade que alguns professores e equipe escolar apresentam, em desenvolver objetivos e metas a serem atingidos para o progresso educacional e social de seus estudantes.

Portanto, o emprego de planos individualizados no processo de ensino aprendizagem de estudantes com deficiência é significativo para asseverar os suportes pedagógicos necessários para a sua satisfatória escolarização, assim como para que se compreenda quais as demandas que esse educando apresenta. Sendo importante ressaltar que a participação e comprometimento de toda comunidade escolar, familiares e responsáveis, e até mesmo do aluno é indispensável e fundamental para a elaboração de um plano eficiente e que exija o comprometimento de todos os envolvidos nesse processo.

Sendo assim, o PEI acaba por se caracterizar como um instrumento conveniente no auxílio a prática pedagógica por intermédio de planejamentos e avaliações contínuas, ou seja, sua estruturação deverá envolver tanto as adaptações curriculares específicas, quanto a inserção ao trabalho geral apresentado para a turma (PACHECO *et al.*, 2007 *apud* LIMA; FERREIRA; SILVA, 2018, p. 132).

3 A PROPOSTA DE UM MÉTODO DE PESQUISA PARA SE PROMOVER UMA MAIOR INCLUSÃO NAS ESCOLAS

A inclusão e escolarização do aluno com deficiência, configura-se como um desafio a ser superado pela escola contemporânea, visto que há muito tempo desenvolve suas atividades na perspectiva de um único modelo de aluno padrão, tentando proporcionar a homogeneização de todos, sem levar em consideração a diversidade existente em nossa sociedade. Sendo justamente nesse contexto, que as estratégias diversificadas de ensino surgiram, com a intenção de proporcionar uma educação considerável a esses indivíduos. Visto que é diante desse exposto, que podemos interpretar que o PEI acaba por se constituir em uma importante estratégia de personalização do ensino para alunos com deficiência, e regularmente matriculados na rede estadual de ensino público em nosso país (NASCIMENTO e REDIG, 2019, p. 07).

- *A Proposta do Método*

Partindo da análise realizada na Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), em uma determinada escola pública estadual da cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná, verificou-se a necessidade em se discutir a respeito dos conceitos, concepções e demais possíveis interações acerca da adaptação curricular e principalmente do PEI, por ser esta última uma ferramenta educacional ainda pouco conhecida por grande parte da maioria dos profissionais da área do ensino, constituindo-se, por essa razão, em uma oportunidade de pesquisa relevante na área da educação em nosso país (KEMPINSKI *et al.*, 2015 *apud* LIMA; FERREIRA e SILVA, 2018, p. 133).

Segundo Thiollent (1988), citado por Lima, Ferreira e Silva (2018, p. 133), em se tratando de uma técnica de ensino aplicada, a elaboração do PEI deve ser desenvolvida no âmbito escolar, partindo das experiências e conhecimentos dos “personagens” envolvidos diretamente com os processos de ensino e aprendizagem, aconselhando-se então, que tal investigação ocorra a partir de uma matriz qualitativa e descritiva, por meio de uma metodologia de “pesquisa-ação colaborativa”, em que o pesquisador se ocupa, simultaneamente, da ação e da investigação com a construção e revisão das estratégias de acordo com a evolução do trabalho.

Dessa forma, a metodologia acarretará em uma vasta interação, o que proporcionará inúmeras condições de diálogos permanentes, através da troca de informações e contribuições por parte de cada um dos “personagens” envolvidos nesse contexto (sejam eles – pesquisador, demais participantes e educadores), proporcionando a construção coletiva de soluções para as demandas apresentadas, bem como a revisão das ações para quando a avaliação continuada indicar a indispensabilidade para modificações (LIMA; FERREIRA e SILVA, 2018, p. 134).

- *Os Participantes para a Pesquisa*

Para a elaboração do PEI, houve a necessidade em se apontar a importância de que os profissionais envolvidos na sua estruturação fossem professores do ensino regular da educação básica, mais especificamente, os integrantes da equipe da SAEE, que iriam atender aos alunos especiais da escola pesquisada, pois como lembra Nascimento (2011), citado por Lima, Ferreira e Silva (2018, p. 134), o mesmo afirma que: “[...] as necessidades individuais do aluno, constituem a base para a elaboração do plano, que deve indicar priorização de tarefas e modos de avaliação que possibilitem o atendimento a estas necessidades”.

Ainda sobre a participação dos professores na elaboração do PEI, lembra-nos Jesus (2006, p. 98), em citação feita pelas mesmas autoras (2018), que:

Desenvolver uma pesquisa com professores é torná-los sujeitos do processo de pesquisa, pois assim eles se tornam sujeitos participantes a partir do momento que trazem as informações para o campo da pesquisa e realizam a ação-reflexão-ação dos participantes da mesma.

- *A Coleta dos Dados*

A coleta de dados, de cunho colaborativo, para a referida pesquisa, poderá ocorrer por meio de debates em grupos envolvendo um determinado tema ou tópico específico, em que o direcionamento da discussão poderá ser mediado pelo(a) professor(a) coordenador(a) da SAEE, ou por meio de um do(a)s pedagogo(a)s da escola, que responde por aqueles determinados alunos, naquele período em específico (LIMA; FERREIRA e SILVA, 2018, p. 134). Sendo assim, e partindo desse mesmo entendimento, que as autoras, acima citadas, compreendem que:

[...] a produção de conhecimentos se dará por meio da valorização da prática e a partir de ações e de reflexões coletivas, pressupondo uma ampla interação entre sujeito e pesquisador, oferecendo um diálogo permanente que seja capaz de acrescentar as contribuições dos sujeitos, elaborando soluções para os desafios apresentados.

Complementando ainda que:

De tal modo, a utilização de procedimentos como o registro em diário de campo; a análise documental, por meio de documentos oficiais e os fornecidos pela escola; entrevistas semiestruturadas com os docentes que atuam no atendimento educacional especializado; e, a participação dos alunos a fim de se avaliar e validar o PEI poderá contribuir de forma significativa para a elaboração desse instrumento.

Sendo assim, existe ainda uma sugestão, por parte das mesmas autoras (2018), de que após a coleta dos dados, tanto a equipe pesquisadora, quanto os professores envolvidos na referida pesquisa devam analisar os questionários preenchidos, com a finalidade de selecionar os estudantes para a elaboração do PEI, visto que alguns critérios específicos de seleção podem ser adotados, como:

[...] a limitação do número de alunos em pequenos grupos, possibilitando uma melhor assistência por parte dos pesquisadores; heterogeneização da faixa etária, tendo alunos de todos os ciclos de desenvolvimento; e, verificação das demandas mais relevantes em relação às habilidades sociais e acadêmicas dos alunos, de forma a estabelecer metas e prazos a serem alcançados.

Acrescentando que a elaboração dessas metas terá de ser “temporal”, isto é, deverá ser delimitado “o escopo do tempo para a sua realização”. Sendo que o alcance das metas e seus indicadores de curto e longo prazo irão facilitar o acompanhamento dos alunos selecionados, de uma maneira que os PEIs sejam avaliados pelo menos uma vez a cada trimestre (isto é, pelo menos três vezes ao ano, levando em consideração um regime trimestral, como o atualmente adotado desde o ano de 2020, pelo estado do Paraná), ou conforme as necessidades mais urgentes de cada aluno em particular (LIMA; FERREIRA e SILVA, 2018, p. 135).

• *As Etapas da Pesquisa*

Para a elaboração do PEI, as autoras Lima, Ferreira e Silva (2018, p. 135), propõe uma sequência de etapas sugeridas por Correia (1997), citado por Cruz,

Mascaro e Nascimento (2011, p. 04), que correspondem a seguinte disposição (sequência):

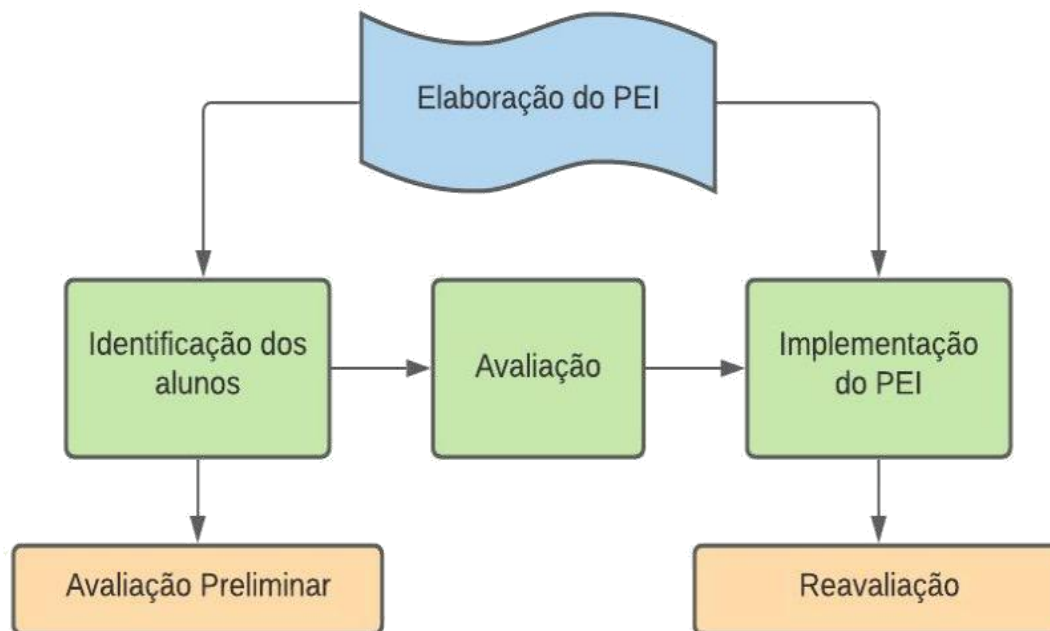
a) Identificação – ou seja, a chamada “avaliação preliminar” para a devida identificação específica do aluno deficiente, levando em consideração as possíveis “adaptações curriculares”, bem como “alterações ambientais” (CRUZ; MASCARO; NASCIMENTO, 2011, p. 04 *apud* LIMA; FERREIRA; SILVA, 2018, p. 135). Para esta etapa, as autoras Lima, Ferreira e Silva (2018, p. 135), sugerem que os professores da equipe da SAEE, realizem a entrevista, tendo por finalidade em se identificar o nível atual de desempenho dos alunos, isto é, suas habilidades, visto que as mesmas poderão ser averiguadas por meio do preenchendo de um roteiro de observação pré-existentes;

b) Avaliação – tendo por objetivo, procurar determinar as necessidades educacionais mais urgentes do alunado, levando em consideração as suas potencialidades, bem como suas limitações. Para o preenchimento do roteiro de observação das habilidades, o professor da equipe da SAEE, poderá identificar a performance do aluno através de determinadas categorias, como por exemplo, aquelas relacionadas a comunicação oral, leitura, escrita, raciocínio lógico, entre outras. Somente, então, e de “posse” de todas as informações até aqui coletadas, é que o professor (SAEE) passará para a fase da “avaliação propriamente dita”, devendo permanecer sempre alerta para que possa assinalar a todas as necessidades a serem consideradas.

c) Implementação – para esta etapa, após ter sido finalizado o preenchimento do “roteiro de observação” será possível então a elaboração do PEI, sendo que para o desenvolvimento desse planejamento, conforme as especificidades individuais identificadas, os professores da equipe da SAEE passarão a desenvolver os conteúdos a serem trabalhados para com os estudantes, bem como as estratégias e os materiais a serem utilizados para a promoção do desenvolvimento dos alunos deficientes.

Para uma melhor compreensão das etapas a serem desenvolvidas pela referida pesquisa, segue, logo abaixo, um fluxograma (Figura 01), que explica sobre as ações que sintetizam esses mesmos períodos, conforme modelo sugerido pelas autoras Lima, Ferreira e Silva (2018, p. 136):

Figura 01. – Fluxograma das etapas de elaboração do PEI



Fonte: Lima, Ferreira e Silva (2018, p. 136).

Segundo as mesmas autoras (2018), é possível que ocorra, durante o ciclo dessas etapas, a necessidade por parte da escola, em estar se reestruturando, com a finalidade de ofertar o devido suporte necessário, como por exemplo, adaptações aos materiais e recursos pedagógicos, em conformidade com as necessidades adaptativas de cada um dos alunos envolvidos no programa, a fim de promover uma melhor (re)avaliação do “nível de desempenho acadêmico e funcional” dos estudantes. Visto que tais etapas, tem por finalidade, esclarecer aos professores quanto ao desenvolvimento de “estratégias pedagógicas individualizadas”, ao mesmo momento em que preconiza amenizar as dificuldades encontradas pelos docentes em “descrever as aprendizagens relativas ao currículo escolar” (LIMA; FERREIRA; SILVA, 2018, p. 135).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reaver a proposta fundamental deste artigo, renova-se aqui o entendimento de que o desenvolvimento e aplicação do PEI pode-se constituir em uma real

estratégia para conduzir a organização curricular nas escolas, uma vez que impulsiona o desenvolvimento social e estudantil de alunos com deficiência, que se encontram inseridos nas escolas da rede pública estadual de ensino, dando suporte as suas perspectivas de inclusão escolar e laboral.

É por meio da metodologia de pesquisa-ação sugerida por este trabalho, que se espera que o PEI, ao ser desenvolvido de uma forma colaborativa entre os pesquisadores, professores regulares da sala de aula comum e da equipe da SAEE, apoiados pela equipe pedagógica e direção escolar, seja um legítimo e verdadeiro instrumento ao incorporar práticas pedagógicas que venham auxiliar na rotina educacional das escolas da rede pública estadual de ensino. Reafirmando a ideia de que é na busca de estratégias para auxiliar aos estudantes com particularidades de aprendizado, que o PEI configura-se como uma importante ferramenta para aprimorar a este processo, conduzindo de forma conjunta a formação continuada dos professores, objetivando o aperfeiçoamento de mecanismos educacionais como é o caso do planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades escolares desenvolvidas, proporcionando a aprendizagem a todos os estudantes, independentemente de suas dificuldades e diferenças.

Dessa forma, podemos deduzir que a escola inclusiva busca cumprir o seu papel social por meio de metodologias apropriadas a realidade de seus alunos, tornando o período escolar mais produtivo, especialmente para os alunos com deficiência. Valendo-se da reflexão de que, ao se negligenciar a concepção de incapacidade de um indivíduo com deficiência, propõe-se uma transformação na cultura escolar, reconhecendo que certos estudantes necessitam de muito mais apoio e de um atendimento individualizado para obter êxito no processo de escolarização, sem obstante, existir a necessidade de segregação. Visto que uma das estratégias de nivelar essas diferenças é justamente a elaboração do PEI com o propósito de garantir congruências e aprofundamentos no trabalho pedagógico do professor, possibilitando assim, avanços necessários e pertinentes ao desenvolvimento de cada estudante, por meio do direcionamento no trabalho do educador.

Sendo assim, indubitavelmente podemos concluir que ainda existe a necessidade em se ampliar os estudos referentes ao PEI, tendo por finalidade a validação de sua utilização. Sugerindo-se, portanto, para investigações futuras, o

aprimoramento do método proposto neste estudo, por investigadores da área da educação, bem como por professores das escolas da rede pública estadual de ensino, por meio da publicação dos achados teórico-práticos, com a finalidade de se incentivar a produção do conhecimento sobre o PEI, assim como a avaliação dos estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

BASSI, T. M. dos S.; BRITO, V. M de; NERES, C. C. O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. **RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional**. Araraquara, vol. 24, n. esp. 02, p. 1015-1034, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14329/9799>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BERNARDES, A. O.; REDIG, A. A percepção de professores sobre o plano individualizado de transição em um curso de formação continuada. E-book: **Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 162-176. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73875>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 14 set. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. **Brasília**: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/8.6_-_decreto_ndeg_7.611-11_-_acessib.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARVALHO, S. M. G. de; PIO, P. M. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, vol. 98, n. 249, p. 428-445, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n249/2176-6681-rbeped-98-249-00428.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CRUZ, M. L. R. M. da; MASCARO, C. A. A. de C.; NASCIMENTO, H. A. do. Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação. In: **Anais do Seminário Internacional - as Redes educativas e as tecnologias: práticas/teorias sociais na contemporaneidade**. FE/UERJ, Rio de Janeiro, p. 06-09, jun. 2011. Disponível em: <https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp->

content/uploads/2020/05/mara-cristina-e-herica-REDES-2011.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (Org.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. EdUERJ, Rio de Janeiro, p. 17-32, 2013. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=estrategias-educacionais-diferenciadas-para-alunos-com-necessidades-especiais-ebook>. Acesso em: 10 abr. 2021.

HAMZE, A. Escola nova e o movimento de renovação do ensino. **Brasil escola Uol – Canal do educador**. 2021. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

JESUS, D. M. de. Inclusão Escolar, Formação Continuada e Pesquisa-ação Colaborativa. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.). **Inclusão e escolarização: Múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, p. 95-106, 2006.

KASSAR, M. C.; GÓES, M. C. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 49-68.

LIMA, L. A. A. de; FERREIRA, A. E. G.; SILVA, M. V. G da. O plano educacional individualizado: proposta de um método de pesquisa na formação docente. **Rev. Educ. Perspec.**, Viçosa, MG, vol. 09, n. 01, p.127-141, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7013/2845>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. Tradução – Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. p. 382.

MASCARO, C. A. A. de C. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 205, p. 12-22, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43318/751375137853>. Acesso em 10 abr. 2021.

NASCIMENTO, V. L do; REDIG, A. G. Dialogando sobre as estratégias educacionais diferenciadas: individualização do ensino. X Seminário Internacional – **As Redes Educativas e as Tecnologias**. Rio de Janeiro, p. 01-09, jul. 2019. Disponível em: <https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/06/DIALOGANDO-SOBRE-AS-ESTRATEGIAS....pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VALADÃO, G. T.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista brasileira de educação**. vol. 23, p. 01-18, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230076.pdf>. Acesso em:
10 abr. 2021.

Recebido em 01/06/2021

Versão corrigida recebida em 03/10/2021

Aceito em 06/11/2021

Publicado online em 15/12/2021

Indexadores: LATINDEX – DIADORIM – SUMARIOS.ORG –
LIVRE – ERIHPLUS – GEODADOS - GOOGLE SCHOLAR